



EDITAL DE LICITAÇÃO

Modalidade	Concorrência Pública nº 002/2013, que será regida pelas Leis nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, 8.987/95 e Lei Municipal nº 3.953/2013
Data da entrega dos envelopes	17 de dezembro de 2013
Horário	10:00
OBJETO	Constitui objeto da presente licitação a Permissão de Serviço de Moto Táxi a 305 (trezentos e cinco) pessoas físicas, que receberão a delegação através do Contrato de Permissão, para a prestação de Serviço Público de Transporte individual, por moto táxi no Município de Itaqui, nos termos fixados na Lei Municipal nº 3.953/2013, observando o disposto no art. 175 da Constituição Federal/88, na Lei Federal n.º 8.987/95 e no que couber na Lei n.º 8.666/93.
TIPO	Melhor Técnica
LOCAL	Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Itaqui – Rua Bento Gonçalves, nº 335. Centro.
Processo nº	8.5523/2013
Interessado	Divisão de trânsito (DITRAN)
<p>O Edital poderá ser obtido gratuitamente no site da Prefeitura, no endereço www.itaquirs.gov.br ou no Setor de Licitações, em horário de expediente (7h às 13h), a partir da data de sua publicação mediante o recolhimento da taxa de R\$10,00 (dez reais), inerentes aos seus custos reprográficos, conforme dispõe o inciso III, do artigo 5º, da Lei 10.520/2002, que será paga em banco ou agências lotéricas, documento emitido pelo Setor de Arrecadação da PMI.</p> <p>Informações adicionais podem ser obtidas junto, a Setor de Licitação, Fone: (55) 3433-2323 ramal 226, e-mail: mariane@itaqui.rs.gov.br ou licita@itaqui.rs.gov.br , ou através do DITRAN: telefone 55.3433-2626, ramal 304.</p>	



ÍNDICE

– DO OBJETO	05
– DO PRAZO DE VIGÊNCIA	05
– DA TARIFA.....	05
– DAS CONDIÇÕES GERAIS	05
- DA PARTICIPAÇÃO	07
– GLOSSÁRIO	09
– DA PROPOSTA TÉCNICA – Envelope nº 01.....	11
– DA HABILITAÇÃO – Envelope nº 02.....	12
- DA PONTUAÇÃO	15
– DOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS	18
– DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO	19
- DA HOMOLOGAÇÃO/ DA ADJUDICAÇÃO	21
- DO TERMO DE PERMISSÃO/EXECUÇÃO	21
– DA IMPUGNAÇÃO E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS	22
- DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO PODER CONCEDENTE	23
– DA FISCALIZAÇÃO	24
– DAS OBRIGAÇÕES	25
– DAS PENALIDADES	25
- FRAUDE E CORRUPÇÃO	25
– DAS DISPOSIÇÕES FINAIS	25
21 - ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA	28
22- ANEXO II - MINUTA DO TERMO DE PERMISSÃO	34
23 - ANEXO III - DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE E COMPROMISSO	43
24 - ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE INCOMPATIBILIDADE PROFISSIONAL	44
25 - ANEXO V - DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA	45
26 ANEXO VI TERMO DE COMPROMISSO DE AQUISIÇÃO DE MOTOCICLETA	47

PREFEITURA MUNICIPAL
ITAQUI - RS



SECRETARIA DA FAZENDA
SETOR DE LICITAÇÕES

28 - ANEXO VII - TERMO DE CREDENCIAMENTO	48
--	----



CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2013

O Município de Itaqui, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, torna público que, no local, dia e horário abaixo especificados, a Administração estará recebendo os documentos de habilitação e as propostas das empresas interessadas em participar da presente licitação, do tipo técnica, a qual se processará nos termos deste Edital e em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº 002/2013, esclarecendo que a presente licitação e consequente contratação serão regidas pelas normas estabelecidas neste edital e pelas seguintes legislações: Lei 8.987/95; Lei Municipal nº 3.953/2013 e Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

→ O regime de execução é o de permissão, mediante exploração dos serviços que integram o objeto do certame licitatório.

→ As permissões serão válidas pelo prazo de 05 (cinco) anos, prorrogáveis por igual período, a critério do órgão gestor e satisfeitas as exigências legais.

→ Os envelopes solicitados no item 5.8 deverão ser protocolados e entregues à Comissão de Licitação, no dia de 17 de dezembro de 2013, no período compreendido entre 10:00 às 13:00 horas no Setor de Licitações da Prefeitura de Itaqui situada na Rua Bento Gonçalves, nº 338. Centro - Itaqui/RS.

→ Na hipótese de não haver expediente na data acima, fica a presente licitação, automaticamente, transferida para o primeiro dia útil subsequente àquele, na mesma hora e local, salvo por motivo de força maior, ou qualquer outro fator ou fato imprevisível.

01 – DO OBJETO



1.1 - A presente licitação tem por finalidade a seleção de pessoas físicas, que receberão a delegação, através de Contrato de Permissão, Anexo II, deste edital, de um total de 305 (trezentos e cinco) permissões, para a execução do Serviço Público de Transporte Individual, por moto táxi, dentro dos limites do município de Itaqui/RS.

02 – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

2.1 - As permissões serão válidas pelo prazo de **05 (cinco) anos anos**, prorrogáveis por igual período, a critério do órgão gestor e satisfeitas as exigências legais.

2.2 - A presente Concorrência Pública terá validade de 02 (dois) anos, a contar da data de homologação do resultado final de classificação, podendo ser prorrogada uma única vez, por igual período, a critério da Autoridade Superior.

03 – DA TARIFA

3.1 - Conforme o art. 25 da Lei Municipal nº 3953/2013, a tarifa a ser aplicada no serviço de moto táxi será estabelecida por ato do Chefe do Executivo do Poder Municipal.

04 – DAS CONDIÇÕES GERAIS

4.1 - A presente Licitação ficará a cargo da Comissão Geral de Licitação, a qual competirá:

4.1.1 - Receber os envelopes de “Proposta Técnica” e “Documentação”;

4.1.2 - Proceder ao julgamento das propostas, observando os fatores do critério de julgamento, constantes do item 11 deste instrumento;



4.1.3 - Examinar a documentação, habilitando ou não os participantes, de conformidade com as exigências do edital;

4.1.4 - Lavrar ata circunstanciada a cada fase do procedimento licitatório, relatando os fatos e decisões que vierem a ser tomadas;

4.1.5 - Informar os recursos que porventura forem apresentados contra os seus atos na presente licitação;

4.1.6 - Submeter à apreciação superior as decisões proferidas pela Comissão, e

4.1.7 - Promover a divulgação dos seus atos pertinentes ao procedimento licitatório, através do quadro próprio de avisos da Comissão de Licitação e por publicação na imprensa oficial.

4.2 - Poderá, a critério da Comissão, ser relevados erros ou omissões irrelevantes que não resultem em prejuízos para o entendimento da proposta e para o seu julgamento, ou para o serviço público.

4.3 - O presente Edital contém os Anexos abaixo relacionados, dele fazendo parte integrante e inseparáveis para todos os efeitos legais.

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO II - MINUTA DO TERMO DE PERMISSÃO
ANEXO III - DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE E COMPROMISSO
ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE INCOMPATIBILIDADE PROFISSIONAL DO LICITANTE À CONDIÇÃO DE PERMISSIONÁRIO
ANEXO V - DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA
ANEXO VI – TERMO DE COMPROMISSO DE AQUISIÇÃO DE VEÍCULO



ANEXO VII – TERMO DE CREDENCIAMENTO (ordem de anexos alterada em razão da retificação publicada em 22/11/13)
ANEXO VIII - anexos inexistente
ANEXO IX - anexo inexistente

05 - DA PARTICIPAÇÃO

5.1 – Poderão participar da presente licitação todas as **pessoas físicas** que atendam a todas as exigências, inclusive quanto a documentação requerida neste edital.

5.2 - A participação na licitação importa total e irrestrita submissão dos proponentes às condições deste Edital.

5.3 - Nenhuma pessoa física ou jurídica **poderá representar mais de um licitante** na presente licitação. Caso ocorra, serão os respectivos licitantes inabilitados.

5.4. - Não serão admitidas na presente Licitação a interessada:

5.4.1 Que integre o quadro de dirigente ou pessoal da Administração Pública Direta ou Indireta do município de Itaqui, ativo ou licenciado, ou que preste o mesmo tipo de serviço em outro município.

5.4.2 Quem teve seu registro de condutor (carteira de motorista) cassada nos últimos 02 (dois) anos.

4.3 Que sejam portadores de Carteira Nacional de Habilitação – CNH provisória;

5.4.4 Que não atenda as exigências deste Edital e das seguintes legislações: Lei 8.987/95; Lei Municipal n.º 3953/2013; Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

5.5. Verificadas ocorrências citadas no item 4.4 e seus subitens no curso do procedimento licitatório



ou posteriormente, o licitante será desclassificado ou será sua permissão revogada, conforme cada caso;

5.6 Cada licitante, pessoa física, poderá apresentar somente uma única proposta nesta licitação;

5.7 A participação na presente Concorrência implica para a interessada: a aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste Edital e de seus anexos; a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo;

5.8 A interessada que retirar o Edital de Licitação se compromete a acompanhar o site da Prefeitura Municipal de Itaqui, www.itaqui.rs.gov.br, onde serão publicados todos os atos da Comissão de Licitação legalmente exigidos.

5.9 - As licitantes interessadas deverão apresentar, no dia, horário e local de abertura desta licitação mencionados no preâmbulo do edital, à Comissão de Licitação, a documentação e proposta exigidos neste instrumento, **em invólucros separados e lacrados**, sendo o primeiro com o subtítulo “PROPOSTA TÉCNICA” e o segundo com o subtítulo “DOCUMENTAÇÃO”, contendo em suas partes externas além do nome completo da pessoa a indicação com os seguintes dizeres:

<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUI “COMISSÃO DE LICITAÇÃO” Concorrência Pública nº 002/2013 ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA TÉCNICA Permissões para os serviço de moto táxi Nome Completo: CPF nº:</p>



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUI

“COMISSÃO DE LICITAÇÃO”

Concorrência Pública nº 002/2013

ENVELOPE Nº 02 – HABILITAÇÃO

Nome Completo:

CPF nº:

5.10 - Não serão aceitas documentação e proposta via postal, tele fax e/ou similares.

5.11 – A Comissão não se responsabilizará por propostas e/ou documentos que não forem entregues diretamente à mesma no horário e data estabelecidos neste instrumento.

5.12 - Após o horário e data de entrega dos envelopes estabelecido no preâmbulo deste edital para recebimento dos envelopes proposta e documentação, nenhum documento ou proposta será recebido pela Comissão, ou seja, não será permitida a participação de licitantes retardatários.

06 – GLOSSÁRIO

6.1 - As palavras, termos ou expressões abaixo relacionadas têm os seguintes significados e interpretações:

- a) Adjudicatário: licitante que cumpriu todas as fases da licitação e se encontra em condições de firmar o Contrato de Permissão com o Poder Público;
- b) Contrato de Permissão: Contrato Administrativo (de adesão) que estabelece as obrigações, direitos e responsabilidades das partes para a execução do serviço;
- c) Classificado: licitante que ultrapassou e cumpriu todos os demais requisitos exigidos na fase de proposta técnica (envelope nº 01), conforme previsto no edital;



- d) Desclassificado: licitante que não cumpriu todos os requisitos exigidos na fase de proposta técnica (envelope nº 01), conforme previsto no edital;
- e) Habilitado: licitante que atendeu a todos os requisitos da fase de habilitação (documento do envelope nº 02), conforme previsto no edital;
- f) Inabilitado: licitante que não atendeu aos requisitos da fase de habilitação (documentos do envelope nº 02), conforme previsto no edital;
- g) Homologação: ato pelo qual a maior autoridade do poder público incumbido do serviço, após ciência de todo o procedimento, preenchimento das formalidades legais e verificada a ausência de vícios, convalida os atos do processo;
- h) Licitante: pessoa física que apresentar proposta;
- i) Permissão: delegação, a título precário, mediante licitação, de prestação do serviço público de Transporte Individual, por MOTO TÁXI, feita pelo Município de Itaqui, a **pessoa física** que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco, nos termos contidos neste edital;
- j) Permissionário: pessoa física classificada em processo licitatório e detentora do Contrato de Permissão, para prestar o serviço público de transporte individual, por moto táxi, no município de Itaqui/RS;
- k) Permitente: órgão do poder público autorizado legalmente à proceder a licitação nos moldes legais e efetivar o Contrato de Concessão ou Permissão do respectivo serviço público;
- l) Renúncia à permissão: devolução voluntária da permissão;
- m) Transporte por MOTO TÁXI: transporte de um passageiro executado em motocicleta contra o



pagamento de tarifa fixada pela Municipalidade.

07 – DA PROPOSTA TÉCNICA – Envelope nº 01

7.1. O proponente deverá apresentar no envelope Nº 01, relativo a “PROPOSTA TÉCNICA”, sem rasuras, emendas ou entrelinhas, com todas as folhas rubricadas e a última informando o nome do licitante, sua assinatura e CPF, com documentos contendo as seguintes informações:

7.1.1 – Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo ou o “Termo de compromisso de aquisição de veículo”, apresentado, conforme modelo do Anexo VI - Declaração termo de compromisso de aquisição da motocicleta.

ATENÇÃO: somente serão admitidas motocicletas com potência mínima de 125 cilindradas e com no máximo 15 anos.

7.1.2 – Excluído conforme retificação do ato convocatório publicada em 22/11/13

7.1.3 - Cópia da Carteira Nacional de Habilitação - CNH; comprovando ser o licitante portador de categoria A por pelo menos 02 anos a contar da data do recebimento dos envelopes, ou seja, 17/12/13.

7.1.3.1 – Os licitantes portadores de necessidade especiais deverão apresentar em sua Carteira Nacional de Habilitação o código de sua restrição.

7.1.4 – Comprovante de “Pontuação do Condutor” ou equivalente, emitido pelo DETRAN ou obtido pelo site do órgão na internet, entre a data da publicação deste Edital e a data-limite para entrega da proposta, referente aos 12 (doze) meses anteriores. Em sendo positiva a pontuação do prontuário, este documento deverá discriminar a(s) infração(ões) cometida(s).



08 – DA HABILITAÇÃO – Envelope nº 02

- Os Documentos de Habilitação deverão ser entregues em envelope individual (envelope n.º 02), devidamente fechado, contendo os documentos elencados a seguir:

a) Cédula de identidade;

ATENÇÃO: somente poderá participar da presente licitação quem já tiver 21 anos completos **na data do recebimento dos envelopes**

b) Cadastro de Pessoas Física – CPF;

c) Documento do Veículo

ATENÇÃO¹: somente poderá participar da presente licitação quem for proprietário do veículo, admitindo-se o contrato de arrendamento em nome do licitante.

ATENÇÃO²: o veículo deve ser licenciado no Município de Itaqui/RS.

d) Certidão de regularidade do INSS

e) Cópia do comprovante de residência

e.1) O Comprovante de endereço deverá estar em nome do licitante.

e.2) Nos casos em que o licitante morar de aluguel, deverá ser apresentado o Contrato de Locação do imóvel.

e.3) Na falta do Contrato de Locação, um dos comprovantes deverá estar em nome do licitante para se necessário o localizarmos, podendo ser combinado a conta de água, luz ou telefone do proprietário com uma conta de celular ou parcela de crediário que esteja no nome do licitante.



e) Comprovante de quitação eleitoral da última eleição;

f) Para os licitantes do sexo masculino apresentar o certificado de reservista

g) Exigência excluída, conforme retificação publicada em 14/11/13.

g.1) O atestado médico deverá conter uma declaração do médico de que o licitante está apto a conduzir ou ter a permissão de um moto táxi e poderá ser emitido por qualquer médico.

h) Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal, por meio de Certidão Negativa de Débito em relação a tributos Municipais (ISSQN, TAXAS e MULTAS), expedida pela Prefeitura do Município de Itaqui;

i) Certidões negativas de distribuição de feitos criminais da Justiça Estadual (redação modificada com a retificação publicada em 14/11/13)

i.1) No caso de certidão positiva, a Comissão licitação, após análise da narrativa permitirá ou não, a habilitação do proponente;

i.2) O proponente será inabilitado, se constar na certidão dos feitos criminais, condenação cumprida ou a cumprir por crimes previstos nos arts. 121, 148, 155, 157, 159, 213 e 218 do Código Penal (redação modificada com a retificação publicada em 14/11/13).

j) Declaração de responsabilidade e compromisso, conforme Anexo III, deste Edital;

k) Declaração de que não exerce atividade incompatível com a de permissionário de transporte individual, por MOTO TÁXI, conforme Anexo IV, deste Edital;

l) Declaração de residência, conforme Anexo V, do edital;

8.2 - Não serão aceitos pela comissão “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em



substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos;

8.3 - Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, a Comissão considerará o proponente Inabilitado.

8.4 - Os documentos relativos à Proposta Técnica (Envelope nº 01), e Habilitação (Envelope nº 02); poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia, devidamente autenticada por cartório competente, ou por qualquer servidor do Setor de Licitações ou servidor público de outro órgão de Administração ou, ainda, por publicação em órgão de imprensa oficial.

8.4.1 - Visando a agilidade dos trabalhos licitatórios sugerimos que o(s) proponente(s) que pretender(em) autenticação de documentos via Setor de Licitações, o faça a partir no máximo até o dia 13 de dezembro de 2013, ou seja, antes da data de abertura da licitação, no horário de expediente da Prefeitura de Itaqui (7h às 13h).

8.5 - Os documentos requeridos neste edital disponíveis via internet, poderão ser impressos e apresentados junto à documentação, facultando à Comissão, aferir a veracidade dos mesmos;

8.6 - Todos os documentos exigidos para a habilitação que não contenham expressamente prazo de validade, e inexistindo legislação específica regulamentando a matéria, deverão, sob pena de inabilitação, apresentar data de expedição, limitada a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua emissão, observado o art. 110 e seu parágrafo único da Lei 8.666/93. **Caso exista legislação específica regulamentando prazo de documento que não tenha expressado o prazo de validade, esta deverá vir anexada ao mesmo.**

8.7 - De toda documentação apresentada em fotocópia autenticada, suscitando dúvidas, poderá ser solicitado o original para conferência, no prazo de 24 (vinte quatro) horas, registrando-se em ata tal ocorrência.

8.8 - Todas as declarações nos anexos deste Edital deverão ter suas firmas reconhecidas em cartório



e preenchidas legivelmente, a máquina ou em letra de forma, com caneta azul.

8.9 – A documentação contida nos envelopes deverá ser impressa em papel com o nome do licitante, com todas as folhas em ordem crescente e rubricadas em linguagem clara e objetiva, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, apresentando um índice e no final um termo de encerramento assinado pelo licitante, indicando o número de folhas.

8.10 - Na entrega dos envelopes contendo a proposta técnica e os documentos de habilitação, se feita por procurador deverá este apresentar documento de identificação com foto e procuração à Comissão de Licitação com poderes para assinar, receber documentos, desistir de prazo recursal e resolver qualquer assunto de interesse do outorgante junto à Comissão de Licitação e da autoridade Superior.

09 - DA PONTUAÇÃO

9.1 Os Licitantes Pessoas Físicas serão classificados em conformidade com a pontuação que lhes serão distribuída diante da Proposta Técnica apresentada e considerando os Fatores (critérios) estabelecidos abaixo:

9.1.1 - **Fator ano de Fabricação da Motocicleta** a ser comprovada mediante o Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo ou o “Termo de compromisso de aquisição de veículo”, apresentado, conforme modelo do Anexo VI - Declaração termo de compromisso de aquisição de veículo, para cada veículo, sendo o licitante pontuado em consonância com o estabelecido na tabela abaixo:

ANO DE FABRICAÇÃO	PONTOS
2013	100
2012	90
2010	80
2009	70

PREFEITURA MUNICIPAL
ITAQUI - RS



SECRETARIA DA FAZENDA
SETOR DE LICITAÇÕES

2008	60
2007	50
2006	40
2005	35
2004	30
2003	25
2002	20
2001	15
2000	10
1999 à 1998	05

9.1.2 – **Fator Potência do Veículo**, a ser comprovada mediante o documento do veículo apresentado, conforme modelo do Anexo VII - Declaração dos equipamentos do veículo, sendo o licitante pontuado em consonância com o estabelecido na tabela abaixo:

Cilindradas	Pontos
250 ou superior	15
150	10
125	05

9.1.3 - **Fator curso regulamentado pelo Conselho Nacional de Trânsito** – CONTRAN, (direção defensiva, primeiros socorros, legislação de trânsito, cidadania e meio ambiente, relação interpessoais, mecânica e elétrica básica de veículos e outros).

9.1.3.1 – Todos os licitantes que apresentarem o Certificado de Conclusão do Curso ou o Curso de Atualização para Condutores de Moto Táxi, emitido pelo COTRAN, ou órgão por ele autorizado, dentro do prazo de validade dos mesmos, serão atribuídos à sua pontuação 40 pontos.

9.1.4 – **Fator Tempo Efetivo de carteira de motorista na categoria A**



TEMPO	PONTOS
120 meses em diante	10
61 meses à 119 meses	08
49 meses à 60 meses	06
37 meses à 48 meses	04
24 meses à 36 meses	02

9.1.3.1 – A comprovação do tempo acima mencionado o licitante será através da cópia da carteira de motorista.

9.1.5 – **Fator “Pontuação do Condutor”** ou equivalente, emitido pelo DETRAN ou obtido pelo site do órgão na internet, entre a data da publicação deste Edital e a data-limite para entrega da proposta, referente aos 12 (doze) meses anteriores. Em sendo positiva a pontuação do prontuário, este documento deverá discriminar a(s) infração(ões) cometida(s).

9.1.5.1 – A pontuação informada no item “TOTAL DE PONTOS” do prontuário emitido pelo DETRAN será o equivalente ao número de pontos que será pontuado negativamente nesta licitação.

9.2 - A pontuação total, de cada Licitante – Pessoa Física – será determinada considerando seguinte fórmula: $(PTPF) = “9.1.1” + “9.1.2” + “9.1.3” + “9.1.4” - “9.1.5”$, onde:

$(PTPF)$ = Pontuação Técnica Pessoa Física

“9.1.1” = **Fator ano de Fabricação da Motocicleta**

“9.1.2” = **Fator Potência do Veículo**

“9.1.3” = **Fator curso regulamentado pelo Conselho Nacional de Trânsito**

“9.1.4” = **Fator Tempo Efetivo de carteira de motorista na categoria A**

“9.1.5” = **Fator “Pontuação do Condutor” ou equivalente**



10 – DOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS

10.1 – Na data, hora e local designado no preâmbulo deste edital, em ato público, a COMISSÃO DE LICITAÇÃO receberá em envelopes distintos e fechados ou lacrados contendo, os documentos exigidos para proposta técnica e habilitação.

10.2 - Caso haja anuência das licitantes participantes, visando a organicidade e agilidade dos trabalhos licitatórios, a Comissão de Licitação promoverá sorteio de 03 (três) licitantes, para compor uma comissão representativa das demais licitantes, auxiliando a Comissão de Licitação na verificação e rubrica da proposta e documentação.

10.3 - Serão inicialmente abertos, em sessão pública, os Envelopes nº '1' – PROPOSTA TÉCNICA, que serão analisados e atribuídos os pontos obtidos, sendo classificados em conformidade com a pontuação obtida por meio dos documentos constantes no envelope nº 01, sendo classificadas em ordem decrescente, da maior pontuação para a menor.

10.4 – Encerrada a fase de classificação das propostas será aberto o Envelope nº 2 – Da Habilitação das 305 (trezentos e cinco) Licitantes melhores classificados, para verificação do atendimento das condições fixadas no item 8 e subitens.

10.4.1 - Verificado o atendimento das exigências do edital os Licitantes serão declarados vencedores.

10.4.2 – Se um dos licitantes melhor classificados for inabilitado, serão analisados os documentos habilitatórios dos seguintes classificados.

10.4.3 – Proclamado o resultado final do certame, o objeto será adjudicado aos vencedores.

10.5 - Das reuniões para recebimento e abertura dos envelopes da proposta técnica e da documentação, serão lavradas atas circunstanciadas, que mencionarão todas as ocorrências que



interessarem ao julgamento da Licitação, devendo as mesmas serem assinadas pelos membros da Comissão e pelos Licitantes presentes.

11 – DO CRITERIO DE JULGAMENTO

11.1 - O julgamento será realizado pela Comissão de Licitação de acordo com o que dispõe o art.45 da lei 8.666/93, observando os seguintes fatores:

11.1.1- O julgamento será realizado com base na maior pontuação obtida, ou seja, as pessoas físicas que somarem a maior pontuação na avaliação da proposta técnica serão classificadas por ordem decrescente de pontos, sendo a maior pontuação o primeiro classificado.

11.1.2 - Em caso de empate entre duas ou mais propostas, o mesmo será decidido por sorteio realizado pela Comissão, na forma estabelecida no § 2º do art.45 da lei 8.666/93.

11.1.3 – Em caso de empate entre duas ou mais propostas dos licitantes que concorrem à vaga para portadores de necessidade especial, o sorteio previsto no subitem 11.1.2 será realizado somente entre eles.

11.2 - Na ocorrência de empate o sorteio será feito em solenidade pública, nos dias e horários a serem estabelecidos pela Comissão. O sorteio ocorrerá ainda que não estejam presentes todos os licitantes.

11.3 - O não cumprimento de uma ou mais exigências constantes deste instrumento, ensejará a inabilitação da proponente ou desclassificação global da proposta, conforme o caso.

11.4 - A Comissão poderá promover diligências em qualquer fase da licitação, nos termos do § 3º, do art. 43 da lei 8.666/93;



11.5 - Se as Permissionárias vencedoras deixarem de firmar o contrato no prazo estabelecido, a Administração Pública poderá, nos termos do § 2º, do Art. 64 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, convocar as Permissionárias remanescente observada à ordem de classificação para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições da primeira classificada, ou revogar a licitação independentemente da cominação prevista no art. 81 desta Lei.

11.6 – Finalizado o julgamento das propostas, se dará conhecimento do resultado no quadro próprio de avisos do Município de Itaqui, no site da Prefeitura Municipal de Itaqui, www.itaqui.rs.gov.rs e publicado na Imprensa Oficial do Município, e em jornal de grande circulação do Estado, estando também à disposição dos interessados no horário de 8h00 às 12h00 e das 14h00 às 18h00.

11.5 - Na ocorrência de empate o sorteio será feito em solenidade pública, nos dias e horários a serem estabelecidos pela Comissão. O sorteio ocorrerá ainda que não estejam presentes todos os licitantes.

11.6 - O não cumprimento de uma ou mais exigências constantes deste instrumento, ensejará a inabilitação da proponente ou desclassificação global da proposta, conforme o caso.

11.7 - A Comissão poderá promover diligências em qualquer fase da licitação, nos termos do § 3º, do art. 43 da lei 8.666/93;

11.8 - Se as Permissionárias vencedoras deixarem de firmar o contrato no prazo estabelecido, a Administração Pública poderá, nos termos do § 2º, do Art. 64 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, convocar as Permissionárias remanescente observada à ordem de classificação para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições da primeira classificada, ou revogar a licitação independentemente da cominação prevista no art. 81 desta Lei.

12 - DA HOMOLOGAÇÃO/ DA ADJUDICAÇÃO



12.1 - Após o julgamento a COMISSÃO DE LICITAÇÃO encaminhará o processo à autoridade competente para, a seu critério, HOMOLOGAR e ADJUDICAR o objeto do certame às pessoas físicas vencedoras e, após, as adjudicatárias serão convocadas para assinarem e retirarem os termos de Permissão.

13 - DO TERMO DE PERMISSÃO/EXECUÇÃO

13.1 – **O Setor de Licitações notificará os licitantes classificados através de publicação no Diário Oficial do Município (Jornal Folha de Itaqui), para apresentarem no prazo máximo de 30 (trinta) dias, para apresentação do veículo com placa de aluguel após vistoria do DETRAN.** (redação alterada com a retificação publicada em 14/11/13),

13.2 - O prazo previsto neste subitem poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Autoridade Superior, desde que o licitante apresente justificativa fundamentada e aceita por aquela.

13.3 - **O contrato de permissão somente será assinado após a apresentação do certificado de registro e licenciamento do veículo na categoria aluguel.** (redação alterada com a retificação publicada em 14/11/13),

13.4 - A contratação se dará conforme pontuação e ordem de classificação, e serão convocados de acordo com os critérios descritos no item 11, deste edital.

13.4.1- Os licitantes classificados que forem convocados, no prazo estabelecido no item 13.1, e não acatarem ao chamamento do Setor de Licitações, no prazo determinado, serão desclassificados.

14 – DA IMPUGNAÇÃO E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS



14.1 - Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital a Licitante que não o fizer **até o segundo dia útil**, que anteceder a entrega dos ENVELOPES, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

14.2 - Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o Edital de Licitação por irregularidade na aplicação de dispositivos da Lei Federal nº 8.666/93, devendo protocolar o pedido até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para entrega dos ENVELOPES, devendo a Administração julgar e responder a impugnação, sem prejuízo do disposto no § 1º do art. 113 da mencionada Lei.

14.3 - Após cada fase da Licitação, os autos do processo ficarão a disposição dos interessados para vistas, pelo prazo necessário à interposição de recursos, ressalvada as desistências expressa pelas Licitantes as quais assista o direito de recorrer.

14.3.1 – Os recursos e impugnações a este Edital deverão ser protocolados no Setor de Protocolo, não sendo aceito o envio por “fax-símile” ou outro meio eletrônico, no endereço citado no subitem 20.10 deste Edital.

14.4 – É admissível recurso em qualquer fase da licitação no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos termos do art. 109 da Lei Federal n.º 8.666/93.

14.5 - Os recursos referentes à habilitação e à inabilitação serão recebidos com efeito suspensivo, não o sendo nos demais casos.

14.6 – O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da Comissão de Licitação, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

14.7 – Interposto o recurso, será comunicado às demais Licitantes, que poderão apresentar



contrarrazões no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

15 - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO PODER CONCEDENTE

15.1 - Caberá ao Município de Itaqui, na qualidade de Poder Concedente, através do DITRAN, no que couberem suas atribuições, os seguintes procedimentos:

15.1.1 - Regular o serviço concedido e fiscalizar permanentemente a sua prestação;

15.1.2 - Aplicar as penalidades regulamentares e contratuais;

15.1.3 - Intervir na prestação do serviço, nos casos e condições previstos em lei;

15.1.4 - Extinguir a permissão, nos casos previstos em Lei e na forma prevista no contrato;

15.1.5 - Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais da permissão;

15.1.6 - Zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários, que serão cientificados, em até trinta dias, das providências tomadas;

15.1.7 - Estimular a formação de associações de usuários para defesa de interesses relativos ao serviço.

16 – DA FISCALIZAÇÃO

16.1. Compete ao DITRAN em caráter permanente, o controle e a fiscalização do serviço de MOTO táxi no Município de Itaqui/RS, intervindo quando e da forma que se fizer necessária, para assegurar a continuidade, qualidade, segurança e padrões fixados.

16.1.1 - As atividades de controle e fiscalização serão desenvolvidas pelo DITRAN e as determinações decorrentes serão consubstanciadas em atos formais.

16.1.2 - No exercício da fiscalização, poderão ser utilizados equipamentos para medição de velocidade e controle de ingestão de bebida alcoólica e outros que se fizerem necessários.

16.2 - A fiscalização do órgão gestor fará observar, ainda:



16.2.1 - a conduta do permissionário;

16.2.2 - as condições de chapeação, mecânica, elétrica, de funcionamento do veículo, a segurança, a higiene e outros necessários;

16.2.3 - o porte da documentação obrigatória;

16.2.4 - a cobrança das tarifas estabelecidas;

16.2.5 - a instalação, manutenção e uso dos equipamentos de segurança exigido;

16.2.6 - outros que se fizerem necessários.

16.3 - A existência e atuação da fiscalização do Município não eximem a responsabilidade da Permissionária, no que concerne à execução do objeto desta Concorrência Pública e as suas consequências e implicações imediatas ou remotas.

16.4 – Fica reservado ao Município, através da entidade ou órgão gestor e fiscalizador da execução do Contrato de Permissão, a competência para resolver qualquer caso de dúvida ou omissão do Contrato ocorrida durante a execução dos serviços contratados.

17 – DAS OBRIGAÇÕES

17.1 - Além de outras responsabilidades definidas na Minuta Contratual, a PERMISSONÁRIA obriga-se as condições estabelecidas na Lei Municipal nº 3.953/2013.

18 – DAS PENALIDADES

18.1 – Em caso de irregularidades detectadas durante a permissão do serviço público, o Permissionário será autuado por servidor fiscal de carreira do quadro de fiscalização de posturas da DITRAN, mediante Auto de Infração, lavrado em formulário próprio.

18.2 – As infrações, penalidades e medidas administrativas cabíveis nos casos concretos estão



previstas no artigo 29 da Lei Municipal nº 3.953/2013., que trata do Regulamento do Serviço de Moto Táxi do Município de Itaqui.

19 - FRAUDE E CORRUPÇÃO

19.1- Os licitantes deverão observar os mais altos padrões éticos durante o processo licitatório e a execução do objeto, responsabilizando-se pela veracidade das informações e documentações apresentadas no processo, estando sujeitos às sanções previstas na legislação brasileira.

20 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1 - A apresentação da proposta vincula a licitante proponente aos termos e condições gerais e especiais deste instrumento convocatório, funcionando como manifestação de inteira aceitação e submissão às normas ora estabelecidas, salvo quando apresentar omissões simples e irrelevantes para entendimento da proposta e/ou procedimento licitatório, bem como para isonomia entre os licitantes, podendo, neste caso, a critério da Comissão, ser relevada.

20.2 – O compromisso de execução dos serviços só estará caracterizado mediante a assinatura do Contrato de Permissão decorrente desta licitação.

20.3 - A PERMISSIONÁRIA, na vigência do Contrato, será a única responsável perante terceiros, excluindo e a Municipalidade de quaisquer reclamações e/ou indenizações, sendo de sua inteira responsabilidade todos os seguros necessários, inclusive os relativos à responsabilidade civil e ao ressarcimento eventual de todos os danos materiais ou pessoais causados a terceiros.

20.4- Será lavrada ata circunstanciada de cada uma das reuniões da Comissão Geral de Licitação, que registrará todos os fatos ocorridos.

20.5 – A presente Licitação poderá, a qualquer tempo, ser revogada ou anulada pela Administração



Municipal, por ofício ou mediante provocação de terceiros, não cabendo indenização à Licitante, nos termos do artigo 49 e parágrafo subsequentes da Lei Federal n.º 8.666/93, alterada pela Lei Federal n.º 8.883/94, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 da mesma lei.

20.6 – A Permissionária se obriga a assumir integral responsabilidade pelos danos que causar ao Município ou a terceiros, por si ou por seus representantes, na execução do objeto da Permissão de que trata este Edital, ficando o Município isento de toda e qualquer responsabilidade que possa surgir em decorrência dos mesmos.

20.7 – É facultada à Comissão de Licitação ou autoridade superior, em qualquer fase da Licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentação ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

20.8 – As Licitantes deverão proceder à verificação minuciosa dos termos do presente Edital, solicitando esclarecimentos por escrito à Comissão de Licitação em até 05 (cinco) dias úteis antes do certame, contendo as dúvidas quanto ao seu conteúdo, bem como os erros ou omissões porventura observados. OS ESCLARECIMENTOS DEVEM SER APRESENTADOS, **EXCLUSIVAMENTE**, NO SETOR DE PROTOCOLO.

20.9 – As Licitantes arcarão com todos os custos relativos à apresentação de suas propostas, o Município de Itaqui, em nenhuma hipótese, será responsável por tais custos, quaisquer que sejam os procedimentos seguidos na Concorrência ou em seus resultados.

20.10- A íntegra dos esclarecimentos elaborados a partir dos questionamentos, será divulgada através de documento escrito.

20.11- No caso de ausência da solicitação pressupõe-se que os elementos constantes deste ato convocatório são suficientes, claros e precisos, não cabendo, portanto, posteriormente, qualquer reclamação.

PREFEITURA MUNICIPAL
ITAQUI - RS



SECRETARIA DA FAZENDA
SETOR DE LICITAÇÕES

Itaqui, 30 de outubro de 2013.

Gil Margues Filho

Prefeito Municipal de Itaqui

Este edital se encontra examinado e aprovado por
esta Assessoria Jurídica.

Em ____ - ____ - ____.

Mariane Contursi – OAB/RS 80.297B



21 - ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

O transporte individual de passageiros, por moto táxi, no município de Itaqui constitui-se em um Serviço Público nos termos do art. 175, da Constituição Federal de 1988, concedido ou permitido na forma da lei n. 8.987/95, sempre através de licitação, em conformidade com a Lei Municipal nº 3.953/2013, Lei n. 8.666/93 e suas alterações, e prestados mediante delegação do poder público, por intermédio do DITRAN, onde estão definidas suas competências.

→ O regime das novas permissões de Transporte Individual, por moto táxi, e critérios de licitação encontram-se neste Anexo.

1. OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente licitação a Permissão de Serviço de Táxi a 305 (trezentos e cinco) pessoas físicas, que receberão a delegação através do Contrato de Permissão, para a prestação de Serviço Público de Transporte individual, por Moto Táxi no dentro dos limites do Município de Itaqui, nos termos fixados na Lei Municipal nº 3.953/2013, observando o disposto no art. 175 da Constituição Federal/88, na Lei Federal n.º 8.987/95 e no que couber na Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores.

2. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

2.1. As permissões serão válidas pelo prazo de 05 (cinco) anos, prorrogáveis por igual período, a critério do Administração..

2.2. A presente Concorrência Pública terá validade de 02 (dois) anos, a contar da data de homologação do resultado final de classificação, podendo ser prorrogada uma única vez, por igual período, a critério da Autoridade Superior.



3. JULGAMENTO – PONTUAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

3.1 Cada licitante, pessoa física, poderá apresentar somente uma única proposta nesta licitação.

3.2. – A pontuação obedecerá as disposições do item 9 do ato convocatório.

4. DA PRESTAÇÃO ADEQUADA DOS SERVIÇOS

4.1 - Os Permissionários deverão prestar serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, conforme estabelecido na Lei Federal 8987/95, nas normas pertinentes e no respectivo contrato de concessão e demais atos emitidos pelo Poder Público Concedente.

4.1.1 - Serviço adequado é o que satisfaz as condições de pontualidade, regularidade, continuidade, segurança, eficiência, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade dos preços públicos.

5. DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO PODER CONCEDENTE

5.1 - Caberá ao Município de Itaqui, na qualidade de Poder Concedente, por meio do DITRAN, no que couberem suas atribuições, os seguintes procedimentos:

5.1.1 - Regularizar o serviço concedido e fiscalizar permanentemente a sua prestação;

5.1.2 - Aplicar as penalidades regulamentares e contratuais;

5.1.3 - Intervir na prestação do serviço, nos casos e condições previstos em lei;

5.1.4 - Extinguir a permissão, nos casos previstos em Lei e na forma prevista no contrato;

5.1.5 - Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais da permissão;

5.1.6 - Zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários, que serão cientificados, em até trinta dias, das providências tomadas;



6. DA FISCALIZAÇÃO

6.1 – Compete ao DITRAN, em caráter permanente, o controle e a fiscalização do serviço de táxi no Município de Itaqui, intervindo quando e da forma que se fizer necessária, para assegurar a continuidade, qualidade, segurança e padrões fixados.

6.1.1 - As atividades de controle e fiscalização serão desenvolvidas pelo DITRAN e as determinações decorrentes serão consubstanciadas em atos formais.

6.1.2 - No exercício da fiscalização, poderão ser utilizados equipamentos para medição de velocidade e controle de ingestão de bebida alcoólica e outros que se fizerem necessários.

6.2 - A fiscalização do órgão gestor fará observar, ainda:

6.2.1 - a conduta do permissionário;

6.2.2 - as condições de chapeação, mecânica, elétrica, de funcionamento do veículo, a segurança, a higiene e outros necessários;

6.2.3 - o porte da documentação obrigatória;

6.2.4 - a cobrança das tarifas estabelecidas;

6.2.5 - a instalação, manutenção e uso dos equipamentos de segurança legalmente exigidos;

6.2.6 - outros que se fizerem necessários.

6.3 - A existência e atuação da fiscalização do Município não eximem a responsabilidade da Permissionária, no que concerne à execução do objeto desta Concorrência Pública e as suas consequências e implicações imediatas ou remotas.

6.4 – Fica reservado ao Município, através da entidade ou órgão gestor e fiscalizador da execução do Contrato de Permissão, a competência para resolver qualquer caso de dúvida ou omissão do Contrato ocorrida durante a execução dos serviços contratados.



7. DAS EXIGÊNCIAS REFERENTES ÀS MOTOCICLETAS

7.1. Os veículos a serem utilizados para a prestação dos serviços, objeto da presente licitação, deverão atender às seguintes características, previstas no art. 12 da Lei Municipal nº 3.953/2013

- I. identificação do veículo, no tanque de combustível, na parte traseira e nos capacetes, do prefixo da permissão em três dígitos, especificados e autorizados pelo órgão de trânsito do município;
- II. alça lateral, na qual o passageiro possa se segurar;
- III. barra protetora de pernas (mata-cachorro);
- IV. identificação (moto-táxi) instalado em local visível na motocicleta e capacete conforme dimensões estabelecidas pelo órgão de trânsito;
- V. cano de descarga revestido com material isolante na sua lateral;
- VI. equipamentos obrigatórios exigidos pelo Código de Trânsito Brasileiro

7.1.1. As regulamentações complementares inerentes às exigências de equipamentos e identificação serão expedidas através de Decreto.

7.2. Os veículos destinados ao serviço deverão ter potência mínima de 125 cilindradas.

7.3. A vistoria dos veículos dar-se-á, semestralmente, quando serão verificados o cumprimento da regulamentação municipal e federal especialmente quanto a segurança, funcionamento equipamentos obrigatórios e programação visual do veículo.

7.3.1. No momento da vistoria os permissionários deverão apresentar certidão negativa de débito com o Município de Itaqui.

7.3.2. Os veículos que não forem aprovados na vistoria ou que não apresentarem a negativa prevista no item anterior terão sua permissão suspensa pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias, somente voltando a operar após a regularização.



7.3.2.1. Os veículos reprovados em vistoria, ou com vistoria vencida, ou em débito com o Município de Itaqui, serão retirados de circulação, somente voltando a operar o serviço após a sua regularização.

7.3.3. O permissionário que não proceder a regularização acima mencionada terá sua permissão cassada.

7.3.4. Todas as despesas para regularidade do veículo correrão por conta do permissionário.

7.4. No ato da vistoria, o permissionário deverá apresentar um laudo técnico de segurança veicular que comprove as condições mecânica, de acordo com as exigências do legais.

7.5. Independentemente da vistoria prevista neste item o, ou a que se fizer por solicitação do órgão gestor, poderão ser realizadas vistorias extraordinárias, a qualquer tempo.

7.6 - Para a operação no serviço de táxi, o limite máximo da vida útil dos veículos é de 15 (quinze) anos.

7.6.1 A substituição do veículo dar-se-á sempre por outro com idade máxima de 08 (oito) anos de fabricação;

7.6.2 A contagem do prazo de vida útil de cada veículo terá como termo inicial o ano de sua fabricação especificado no CRLV.

7.6.3 Vencido o limite máximo, o permissionário terá prazo até o próximo licenciamento anual que ocorrer para substituição do veículo, com a apresentação do veículo substituto.

7.6.4 No ato da vistoria do veículo substituto, será necessária a comprovação da completa descaracterização do veículo substituído ou baixado, bem como a baixa de todos os registros



pertinentes ao serviço de que trata este Regulamento, junto aos órgãos competentes.

7.6.5 Correrão por conta do permissionário todas as despesas relativas à substituição do veículo, quaisquer que sejam as causas desta substituição.

8. DOS DIREITOS DOS PERMISSIONÁRIOS

8.1. O permissionário poderá interromper a prestação do serviço por prazo de até 30 dias por ano, após este prazo, o órgão gestor, a pedido do permissionário, poderá autorizar a interrupção da prestação do serviço pelo prazo de mais 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período.

8.1.1. A interrupção da prestação do serviço sem autorização do órgão gestor por prazo superior 30 (trinta) dias, ou por prazo superior ao autorizado, acarretará punição ao permissionário.

9. DAS OBRIGAÇÕES DOS PERMISSIONÁRIOS

9.1. São obrigações dos permissionários aqueles previstos neste edital, na Lei Municipal nº 3953/2013, que regulamenta o Serviço de Moto Táxi, no município de Itaqui/RS, suas respectivas alterações demais legislação que venha a normatizar o serviço.

10. DAS PENALIDADES

10.1 – Em caso de irregularidades detectadas durante a permissão do serviço público, o Permissionário será autuado por servidor fiscal de carreira do quadro de fiscalização mediante Auto de Infração, lavrado em formulário próprio.

10.2 – As infrações, penalidades e medidas administrativas cabíveis nos casos concretos estão previstas no artigos 29 da lei Municipal nº 3953/2013 que trata do Regulamento do Serviço de Moto Táxi no Município de Itaqui/RS.



11. DIREITOS E DEVERES DOS USUÁRIOS

11.1 Os usuários poderão, pessoalmente, ou através de Associação regularmente constituída, apresentar reclamações ou sugestões ao DITRAN, referentes à prestação dos serviços objeto do presente contrato.

11.1.1. As reclamações serão apuradas em conformidade com o regulamento e o Código de Transito Brasileiro.

11.2. São atribuídos aos usuários todos os direitos e deveres contidos na legislação vigente, desde que pertinentes ao serviço prestado, bem como aqueles previstos no Regulamento e na legislação aplicável, inclusive as portarias e decretos expedidos pelo Poder Executivo de Itaqui.

12. DAS TARIFAS COBRADAS DOS USUÁRIOS

12.1. Conforme a Lei Municipal nº 3953/2013, a tarifa a ser aplicada no serviço de moto táxi será estabelecida por ato do Chefe do Executivo do Poder Municipal.

Itaqui, 25 de outubro de 2013.

Gil Margues Filho

Prefeito Municipal de Itaqui



22- ANEXO II - MINUTA DO TERMO DE PERMISSÃO

Contrato de Permissão para a execução do serviço público de transporte individual, por moto táxi, que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE ITAQUI** por meio do DITRAN e _____, na seguinte forma.

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO que fazem de um lado o **MUNICÍPIO DE ITAQUI/RS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº. 88.120.662/0001-46, com sede nesta cidade de Itaqui, sito a Rua Bento Gonçalves, nº. 335, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **GIL MARQUES FILHO** inscrito no CPF sob o nº 132.750.620-34 e portador de cédula de identidade nº 9003198786, brasileiro, maior, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominada apenas PERMISSIONÁRIA, têm entre si justo e avançado, e celebram, por força do presente instrumento de permissão para execução do serviço público de transporte individual, por moto táxi, que se regerá nos termos das seguintes legislações: Lei 8.987/95; Lei Municipal n.º 3983/2013; e Lei nº 8.666/1993 e, ainda pelas cláusulas e condições consubstanciadas no EDITAL de Concorrência Pública nº 002/2013 da Prefeitura Municipal de Itaqui, e do Processo nº 85.523/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O objeto deste contrato é a delegação de PERMISSÃO n.º..... para a execução do Serviço Público de Transporte Individual, por moto táxi, no dentro do limites do Município de Itaqui.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL



2.1 Aplicam-se a este Contrato as Leis Federais n.ºs 8.666/93, 8.987/95 e 9.503/97, e Lei Municipal n.º 3953/2013 e demais normas supervenientes e suas respectivas alterações.

2.2 Fazem parte integrante deste contrato, independentemente de transcrição:

2.2.1 Instrumento Convocatório – Edital de Concorrência Pública n.º 002/2013 e todos os seus anexos, bem como as normas citadas na cláusula segunda, deste Contrato.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS

3.1 O PERMISSIONÁRIO(A) poderá executar o serviço previsto na cláusula 1ª (primeira) deste Contrato pelo prazo de 05 (cinco) anos, prorrogáveis por igual período, a critério do órgão gestor.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA PRESTAÇÃO ADEQUADA DOS SERVIÇOS

4.1 - As Permissionárias deverão prestar serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, conforme estabelecido na Lei Federal 8987/95, nas normas pertinentes e no respectivo contrato de concessão e demais atos emitidos pelo Poder Público Concedente.

4.1.1 - Serviço adequado é o que satisfaz as condições de pontualidade, regularidade, continuidade, segurança, eficiência, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade dos preços públicos.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

5.1 É indispensável que na prestação do serviço sejam, rigorosamente, observados, os requisitos de pontualidade, regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, moralidade, higiene, cortesia e pessoalidade, obrigando-se os mesmos a uma jornada mínima de 08 (oito) horas e máxima de 12(doze) horas diárias, conforme disposto na legislação vigente.

6. CLÁUSULA SEXTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO PODER CONCEDENTE



6.1 - Caberá ao Município de Itaqui, na qualidade de Poder Concedente, através do DITRAN, no que couberem suas atribuições, os seguintes procedimentos:

- 6.1.1 - Regular o serviço concedido e fiscalizar permanentemente a sua prestação;
- 6.1.2 – Requerer ao chefe do executivo a aplicação das penalidades regulamentares e contratuais;
- 6.1.3 - Intervir na prestação do serviço, nos casos e condições previstos em lei;
- 6.1.4 – Requerer ao chefe do executivo a extinção da permissão, nos casos previstos em Lei e na forma prevista no contrato;
- 6.1.5 - Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais da permissão;
- 6.1.6 - Zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários, que serão cientificados, em até trinta dias, das providências tomadas;
- 6.1.7 - Estimular a formação de associações de usuários para defesa de interesses relativos ao serviço.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO

7.1 – Compete a Secretaria DITRAN, em caráter permanente, o controle e a fiscalização do serviço de táxi no Município de Itaqui, intervindo quando e da forma que se fizer necessária, para assegurar a continuidade, qualidade, segurança e padrões fixados.

7.1.1 - As atividades de controle e fiscalização serão desenvolvidas pelo DITRAN e as determinações decorrentes serão consubstanciadas em atos formais.

7.1.2 - No exercício da fiscalização, poderão ser utilizados equipamentos para medição de velocidade e controle de ingestão de bebida alcoólica e outros que se fizerem necessários.

7.2 - A fiscalização do órgão gestor fará observar, ainda:



7.2.1 - a conduta do permissionário;

7.2.2 - as condições de chapeação, mecânica, elétrica, de funcionamento do veículo, a segurança, a higiene e outros necessários;

7.2.3 - o porte da documentação obrigatória;

7.2.4 - a cobrança das tarifas estabelecidas;

7.2.5 - a instalação, manutenção e uso dos equipamentos de segurança exigidos pelo DITRAN;

7.2.6 - outros que se fizerem necessários.

7.3 - A existência e atuação da fiscalização do Município não eximem a responsabilidade da Permissionária, no que concerne à execução do objeto desta Concorrência Pública e as suas consequências e implicações imediatas ou remotas.

7.4 – Fica reservado ao Município, através da entidade ou órgão gestor e fiscalizador da execução do Contrato de Permissão, a competência para resolver qualquer caso de dúvida ou omissão do Contrato ocorrida durante a execução dos serviços contratados.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS EXIGÊNCIAS REFERENTES AOS VEÍCULOS

8.1. Os veículos a serem utilizados para a prestação dos serviços, objeto da presente licitação, deverão atender às seguintes características, previstas no art. 12 da Lei Municipal nº 3.953/2013:

- I. identificação do veículo, no tanque de combustível, na parte traseira e nos capacetes, do prefixo da permissão em três dígitos, especificados e autorizados pelo órgão de trânsito do município;
- II. alça lateral, na qual o passageiro possa se segurar;
- III. barra protetora de pernas (mata-cachorro)
- IV. identificação (moto-táxi) instalado em local visível na motocicleta e capacete conforme dimensões estabelecidas pelo órgão de trânsito;
- V. cano de descarga revestido com material isolante na sua lateral;
- VI. equipamentos obrigatórios exigidos pelo Código de Trânsito Brasileiro



8.1.1. As regulamentações complementares inerentes às exigências de equipamentos e identificação serão expedidas através de Decreto

8.2. Os veículos destinados ao serviço deverão ter potência mínima de 125 cilindradas.

8.3. A vistoria dos veículos dar-se-á, semestralmente, quando serão verificados o cumprimento da regulamentação municipal e federal especialmente quanto a segurança, funcionamento equipamentos obrigatórios e programação visual do veículo.

8.3.1. No momento da vistoria os permissionários deverão apresentar certidão negativa de débito com o Município de Itaqui.

8.3.2. Os veículos que não forem aprovados na vistoria ou que não apresentarem a negativa prevista no item anterior terão sua permissão suspensa pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias, somente voltando a operar após a regularização.

8.3.2.1. Os veículos reprovados em vistoria, ou com vistoria vencida, ou em débito com o Município de Itaqui, serão retirados de circulação, somente voltando a operar o serviço após a sua regularização.

8.3.3. O permissionário que não proceder a regularização acima mencionada terá sua permissão cassada.

8.3.4. Todas as despesas para regularidade do veículo correrão por conta do permissionário.

8.4. No ato da vistoria, o permissionário deverá apresentar um laudo técnico de segurança veicular que comprove as condições mecânica, de acordo com as exigências do legais.

8.5. Independentemente da vistoria prevista neste item o, ou a que se fizer por solicitação do órgão



gestor, poderão ser realizadas vistorias extraordinárias, a qualquer tempo.

8.6 - Para a operação no serviço de táxi, o limite máximo da vida útil dos veículos é de 15 (quinze) anos.

8.6.1 A substituição do veículo dar-se-á sempre por outro com idade máxima de 08 (oito) anos de fabricação;

8.6.2 A contagem do prazo de vida útil de cada veículo terá como termo inicial o ano de sua fabricação especificado no CRLV.

8.6.3 Vencido o limite máximo, o permissionário terá prazo até o próximo licenciamento anual que ocorrer para substituição do veículo, com a apresentação do veículo substituto.

8.6.4 No ato da vistoria do veículo substituto, será necessária a comprovação da completa descaracterização do veículo substituído ou baixado, bem como a baixa de todos os registros pertinentes ao serviço de que trata este Regulamento, junto aos órgãos competentes.

8.6.5 Correrão por conta do permissionário todas as despesas relativas à substituição do veículo, quaisquer que sejam as causas desta substituição.

9. CLÁUSULA NONA - DOS DIREITOS DOS PERMISSIONÁRIOS

9.1. O permissionário poderá interromper a prestação do serviço por prazo de até 30 dias por ano, após este prazo, o órgão gestor, a pedido do permissionário, poderá autorizar a interrupção da prestação do serviço pelo prazo de mais 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período.

9.1.2. A interrupção da prestação do serviço sem autorização do órgão gestor por prazo superior 30 (trinta) dias, ou por prazo superior ao autorizado, acarretará punição ao permissionário.



10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PERMISSIONÁRIAS

10.1. São obrigações dos permissionários aqueles previstos neste edital, na Lei 9.503/97 (CTB), na Lei Municipal nº 3953/2013, que regulamenta o Serviço de Transporte Individual, por moto táxi, no município de ITAQUI/RS, suas respectivas alterações e Portarias expedidas Poder Executivo Municipal.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1 – Em caso de irregularidades detectadas durante a permissão do serviço público, o Permissionário será autuado por servidor fiscal de carreira do quadro de fiscalização, mediante Auto de Infração, lavrado em formulário próprio.

11.2 – As infrações, penalidades e medidas administrativas cabíveis nos casos concretos estão previstas no artigos 29da Lei nº 3953/2013 que trata do Regulamento do Serviço de Moto Táxi do Município de Itaqui.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DIREITOS E DEVERES DOS USUÁRIOS

12.1 Os usuários poderão, pessoalmente, ou através de Associação regularmente constituída, apresentar reclamações ou sugestões ao DITRAN referentes à prestação dos serviços objeto do presente contrato.

12.1.1. As reclamações serão apuradas em conformidade com o regulamento e o Código de Transito Brasileiro.

12.1.2. São atribuídos aos usuários todos os direitos e deveres contidos na Lei nº8.078/90 e no Código Civil Brasileiro, desde que pertinentes ao serviço prestado, bem como aqueles previstos no



Regulamento e na legislação aplicável, inclusive as portarias e Decretos e expedidos pelo Poder Executivo Municipal.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS TARIFAS COBRADAS DOS USUÁRIOS

13.1. Conforme a lei Municipal nº 3953/2013, a tarifa a ser aplicada no serviço de moto táxi será estabelecida por ato do Chefe do Executivo do Poder Municipal.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – EXTINÇÃO DA PERMISSÃO

14.1 A insolvência civil do PERMISSIONÁRIO extingue a permissão por caducidade do direito.

14.2. A reprovação do veículo na vistoria semestral, bem como a não apresentação da negativa municipal poderá extinguir a permissão no caso do PERMISSIONÁRIO não regularizar a situação dentro do prazo legal de 30 (trinta) dias.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itaqui/RS para dirimir as controvérsias oriundas deste Contrato, desde que esgotadas todas as vias amigáveis necessárias à composição do litígio.

Assim por estarem justas e contratadas, as partes assinam e rubricam todas as folhas das 03 (três) vias deste Contrato, de igual forma e teor para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo.

Itaqui/RS, _____ de _____ de _____.

PREMITENTE – Município de Itaqui
Gil Marques Filho

PREFEITURA MUNICIPAL
ITAQUI - RS



SECRETARIA DA FAZENDA
SETOR DE LICITAÇÕES

Prefeito Municipal

PERMISSIONÁRIO

Testemunhas:

Nome:

Endereço:

Nome:

Endereço:



23 - ANEXO III - DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE E COMPROMISSO

CONCORRENCIA PÚBLICA Nº 002/2013

ENVELOPE n. 02

À Comissão de Licitação

Declaro, sob as penas da lei e nos termos da Concorrência Pública nº 002/2013, para assinatura do Contrato de Permissão objetivando a operação do Transporte Individual, por moto táxi, no município de Itaqui/RS, que me comprometo a obedecer fielmente toda a Legislação Federal, Estadual e Municipal pertinentes, bem como o Regulamento de Serviço de Transporte Individual, por moto táxi, em vigor e, ainda, a legislação superveniente ao referido Contrato, no exercício das atividades.

Nome do Licitante: _____

CPF : _____

Tel./Contato : _____

Itaqui/RS, __ de _____ de 2014.

Assinatura do Licitante



**24 - ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE INCOMPATIBILIDADE PROFISSIONAL DO
LICITANTE À CONDIÇÃO DE PERMISSIONÁRIO**

CONCORRENCIA PÚBLICA Nº 002/2013

ENVELOPE n. 02

À Comissão de Licitação da Secretaria Municipal de Administração

ASSINALE COM “X” A SUA CONDIÇÃO:

() Declaro, sob as pena da Lei e de desclassificação da Concorrência Pública nº 002/2013, que não sou funcionário da Administração Direta, Autárquica ou Fundacional da União, Estado ou do Município, ativo ou licenciado.

() Declaro, sob pena da Lei e de desclassificação da Concorrência Pública nº 002/2013, que sou funcionário da Administração Direta, Autárquica ou Fundacional da União, Estado ou do Município, ativo ou licenciado e comprometo-me a pedir exoneração ou demissão do cargo ou emprego ocupado tão logo seja convocado para iniciar a execução do Serviço Público de Transporte Individual, por moto táxi, neste município de Itaqui/RS.

Nome do Licitante: _____

CPF : _____

Tel./Contato : _____

Itaqui/RS, __ de _____ de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL
ITAQUI - RS



SECRETARIA DA FAZENDA
SETOR DE LICITAÇÕES

25 - ANEXO V - DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

CONCORRENCIA PÚBLICA Nº 002/2013

ENVELOPE n. 02

À Comissão de Licitação da Secretaria Municipal de Administração

NOME: _____

ESTADO CIVIL: _____

PROFISSÃO: _____

ENDEREÇO: _____

BAIRRO: _____

CIDADE: _____

ESTADO: _____

CEP: _____

TELEFONE: _____

Itaqui/RS, _____ de _____ de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL
ITAQUI - RS



SECRETARIA DA FAZENDA
SETOR DE LICITAÇÕES

ASSINATURA DO LICITANTE: _____

NOME DO LICITANTE: _____



26 - ANEXO VI – TERMO DE COMPROMISSO DE AQUISIÇÃO DE VEÍCULO

CONCORRENCIA PÚBLICA Nº 002/2013

ENVELOPE n. 01

À Comissão de Licitação da Secretaria Municipal de Administração

Atendendo ao disposto no presente Edital, com o qual estamos de pleno acordo, declaro que me comprometo, sob pena de desclassificação, adquirir a(s) motocicleta(s) ano(s) de fabricação(es) discriminado abaixo, estando de posse dos mesmos à época da convocação para vistoria e assinatura do respectivo Contrato de Permissão.

Marque a opção ofertada.

Motocicleta ano _____.

Nome do Licitante: _____

CPF : _____

Tel./Contato : _____

Itaqui/RS, __ de _____ de 2014.

Assinatura do Licitante



27 - ANEXO VII - TERMO DE CREDENCIAMENTO

CONCORRENCIA PÚBLICA Nº 002/2013

À Comissão de Licitação

Ref.: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2013

Assunto: Credenciamento

Pelo presente instrumento, eu....., residente e domiciliado à, C.P.F n.º, CREDENCIO o (a) Sr. (a), portador (a) do R.G. n.º e C.P.F. n.º, para me representar perante a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUI, na sessão pública da CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº 002/2013, outorgando-lhe plenos poderes para praticar todos os atos inerentes ao certame, inclusive interpor e desistir de recursos em todas as fases licitatórias.

Localidade, ____ de _____ de _____
____ (assinatura)____
CPF n.º

O licitante deverá apresentar este documento com firma reconhecida em cartório.